

# Determinismo e indeterminismo em Marx

João Antônio de Paula\*

Sumário: 1. Introdução; 2. A trajetória do pensamento marxiano: da recusa à aceitação da teoria do valor; 3. A ambigüidade do pensamento marxista: determinismo ou luta de classes?; 4. A descoberta da desigualdade: a crítica da economia política.

## 1. Introdução

Aprendemos com Weber a caracterizar o mundo moderno como “mundo desencantado” em que a magia e os mitos cederam lugar à racionalização, a uma razão triunfante em todos os planos da vida social. Há a vitória de um paradigma, que, formulado pela física de Galileu, generalizou-se, ou tendeu a generalizar-se como substrato metodológico de todos os saberes. O aspecto mais geral dessa vitória do paradigma da física de Galileu seria a substituição de uma concepção cosmológica por uma concepção geométrica do Universo, ou ainda, de uma concepção animista por uma concepção mecânica do Universo. “É suficiente, para o nosso propósito de descrevê-la, caracterizar a atitude mental ou intelectual da ciência moderna por meio de dois traços solidários: 1º) a destruição do cosmo, por conseguinte o desaparecimento da ciência de todas as considerações fundadas sobre essa noção; 2º) a geometrização do espaço, isto é, a substituição pelo espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, a concepção de um espaço cósmico qualitativamente diferenciado e concreto, o da física pré-galilaica. Podemos resumir e exprimir como segue essas duas características: a matematização (geometrização) da natureza e, por conseqüência, a matematização (geometrização) da ciência” (Koyré, s. d., p. 17).

Atitude mental fundamental na instauração da física moderna, a postura de Galileu acabou sendo, sob muitos aspectos, solidária na radicalidade de seus propósitos e projetos. Galileu é, de todos os fundadores da física moderna, o único verdadeiramente apartado das noções e mentalidade cosmológico-míticas. Seu pensamento é radicalmente antimágico e mesmo sua fé tem algo de matemático. Galileu, justamente seduzido pela maravilha do universo infernal dantesto, chegou a projetar calcular o volume daquele Inferno — cone invertido de Dante.

A razão triunfante no mundo ocidental é assim o traço essencial da mentalidade moderna. A vitória da concepção geométrico-mecânica do Universo, do equilíbrio e da simetria, cuja culminância é o sistema cartesiano.

Há no centro da perspectiva metodológica da física moderna dois princípios que se generalizam para as outras instâncias do pensamento: a) o princípio do determinismo e b) o otimismo da razão e do progresso; esses dois princípios são os fundamentos do projeto iluminista, sintetizados por Laplace (o determinismo) e Condorcet (o otimismo).

O determinismo e o otimismo na trajetória linear e ascendente da razão e do progresso são os traços decisivos do projeto iluminista, que acabaram por se incorporar a um largo espectro de perspectivas e disciplinas. Essas perspectivas, fundadas no racionalismo-iluminis-

\* Professor e pesquisador da Face/Cedeplar/UFMG.

ta, ensinaram três tipos básicos de contestações: a) as do tipo kantiano, que questionam os fundamentos epistemológicos do racionalismo-iluminista a partir da crítica das possibilidades de a razão dar conta da *coisa-em-si*; b) as do tipo hegeliano, que tentam romper a aporia kantiana dissolvendo o *real* e a *razão* numa totalidade em movimento em que lógica e ontologia expressam o mesmo caráter dialético do ser; c) as do tipo irracionalista inauguradas por Kierkegaard e Schopenhauer, que negam as possibilidades cognitivas da razão forjando uma concepção do Universo fundada na angústia, no medo, no isolamento dos seres humanos num mundo hostil e irracional.

O mundo inaugurado pela modernidade e emblematicamente sintetizado pela física clássica pareceu uma formidável libertação humanista. Séculos de obscurantismo, de uma humanidade prisioneira de preconceitos e tabus superados pela razão, pela lógica geométrica, pelo rigor da matemática. Uma alegoria dessa concepção da vitória da razão moderna está em uma gravura de um certo Bernard Ricart, de 1707, que é culminância da idéia da vitória dos modernos sobre os antigos, na medida mesma em que os modernos são capazes de uma concepção geométrica e quantitativa do mundo. Na gravura, “o tempo afasta as nuvens da figura resplandecente da verdade, cujos raios iluminam obliquamente a fila de filósofos antigos — Platão, Aristóteles, Zenão seguem entre a sombra e a luz, precedidos, ou melhor, guiados por Descartes, que avança conduzido pela mão da filosofia, sob a luz plena da verdade” (Ginzburg, 1990, p. 54). Descartes, a razão geométrica, é assim a única garantia da luz plena da verdade.

A razão geométrica tem horror ao assimétrico, não admite o indeterminado, é uma apologia do equilíbrio. Há uma dimensão estética dessa razão geométrica que é expressiva de suas características. Galileu é um exemplar representante dessa repulsa da física clássica ao não-linear, ao não-unívoco. “Mas não é só por preferir a pintura à escultura que Galileu se mostra um clássico; é também pelos seus gostos no domínio da arte pictórica. O que defende é a clareza, a aeração, o belo ordenamento da Alta Renascença. O que detesta e combate é a sobrecarga, o exagero, as contorções, o alegorismo e a mistura de gêneros do maneirismo.” (Koyré, 1982, p. 261.)

H. Wölfflin vai construir uma tipologia das artes visuais, que, centrada na disjuntiva arte renascentista *versus* arte barroca, é capaz de captar a tensão fundamental da física clássica, a repulsa a tudo que não se deixe representar de forma linear e determinística.

A razão geométrica e determinística da física clássica impregnou todo o pensamento ocidental, toda a mentalidade moderna, seja a que se aplica à ciência, seja a que se volta para o mundo da arte, seja a filosófica, toda ela se deixou marcar pelo paradigma do equilíbrio, da

Quadro 1  
Tipologia das artes visuais de Wölfflin

Renascença	Barroco
linear	pictórico
superfície	profundidade
forma fechada	forma aberta
multiplicidade convergente	unidade divergente
clareza absoluta	clareza relativa

Fonte: Wölfflin, 1979.

geometrização do mundo, pelo determinismo. E em Laplace (1820) essa perspectiva atinge sua culminância, o determinismo radicalizado e expresso assim por Ferrater Mora: “Tudo que houve, há e haverá, e tudo que acontece, aconteceu e acontecerá está, de antemão, fixado, condicionado e estabelecido, não podendo haver nem acontecer mais do que já está, de antemão, fixado, condicionado, estabelecido” (Ferrater Mora, 1981, v. I, p. 777). Ou ainda como diz Lalande: Determinismo, “doutrina segundo a qual todos os acontecimentos do Universo, e em particular as ações humanas, estão ligados de maneira tal que sendo as coisas o que são num momento qualquer do tempo, não há para cada um dos momentos anteriores ou posteriores mais que um estado e só um que seja compatível com o primeiro” (Lalande, 1953, v. I, p. 298).

No centro da perspectiva determinista está uma concepção que anula o tempo, pelo menos o tempo como constituinte da medida (meio) de processos irreversíveis. Um tempo neutro e reversível, meio contínuo, que se pode trilhar para a frente e para trás, é um dos núcleos da física clássica que está hoje em questão. Diz Prigogine: “Estou convencido de que o tempo é objeto da ciência. Deve ser colocado no seu lugar na estrutura da ciência moderna e este lugar, na minha opinião, é fundamental, é o primeiro. Portanto, é necessário pensar no Universo como numa evolução irreversível; a reversibilidade e a simplicidade clássicas tornam-se, então, casos particulares” (Prigogine, 1990, p. 21-2).

A descoberta da *historicidade do espaço*, a descoberta da *irreversibilidade* estão na base de uma tendência importante no campo da economia, que é a referente à relação economia-ecologia. Nas palavras de Altwater: “Todos os processos na natureza são, no *tempo-contínuum*, irreversíveis; e toda atividade econômica, atuando sobre a transformação da matéria natural, tem um efeito irreversível. Esta afirmação é equivalente a uma outra, da qual ainda vamos tratar, que é a seguinte: a entropia aumenta” (Altwater, 1992, p. 7).

Do Universo linear, determinístico, reversível, simples e equilibrado da física clássica, caminhamos hoje para um Universo complexo, indeterminado, irreversível e desequilibrado, tendente à entropia, à desorganização, ao caos. Seus novos termos questionam os fundamentos da razão geométrica, do pensamento determinista.

Uma tipologia da emergência desses novos paradigmas críticos da perspectiva clássica está em Harvey:

#### Quadro 2

##### Tipologia seletiva das diferenças entre modernismo e pós-modernismo de I. Hassan

Modernismo	Pós-modernismo
forma (conjuntiva, fechada)	antiforma (disjuntiva, aberta)
propósito	jogo
projeto	acaso
hierarquia	anarquia
criação/totalização/síntese	descrição/desconstrução/antítese
presença	ausência
centração	dispersão
seleção	combinação
origens/causa	diferença - diferença/vestigio
determinação	indeterminação

Fonte: Hassan, apud Harvey, 1992, p. 48.

Não se vai assumir qualquer das implicações teóricas de uma teoria da pós-modernidade tal como formulada por Lyotard ou Baudrillard, senão que a palavra pós-modernidade aparece aqui para designar a emergência, em variados campos, da crítica aos paradigmas nascidos com a física clássica, o determinismo em particular.

Fala-se numa crise dos paradigmas clássicos, fala-se numa crise das concepções determinísticas, fala-se na emergência da indeterminação e da incerteza, o tempo é libertado de seu papel de moldura de processos reversíveis, de meio de um *continuum* linear e reversível de eventos. Essa crise dos paradigmas tem impactos também sobre a teoria econômica. Este ensaio busca discutir a inserção do pensamento marxiano e marxista nesse contexto, sobretudo quando se sabe o quanto o pensamento de Marx tem sido identificado como de extremado determinismo.

## 2. A trajetória do pensamento marxiano: da recusa à aceitação da teoria do valor

É preciso começar por dizer que a preocupação com a questão do determinismo esteve presente na reflexão marxiana sobre economia desde o início. Marx, ao tomar conhecimento do pensamento dos economistas clássicos da economia política, manifestou explícito repúdio ao que achava abuso determinista e “abstracionista” dos teóricos do valor-trabalho. Diz Mandel: “Mas a censura fundamental que Marx faz com respeito à teoria do valor-trabalho é que a economia política é obrigada a fazer abstração da concorrência. Ora, a concorrência é a realidade. Para dar maior coesão a suas próprias leis, a economia política é pois obrigada a considerar a realidade como acidental e a abstração somente como real” (Mandel, 1968, p. 44).

O ponto de partida de Marx é o mesmo dos economistas alemães, que, a partir da mesma repulsa, criaram a chamada Escola Histórica Alemã. W. Roscher (1817-94), B. Hildebrand (1812-78), K. Knies (1821-90), incomodados com o que lhes parecia uma absurda generalização e estabilidade do que é fugaz e instável, por definição, vão abrir mão da construção da teoria econômica, denunciando seus propósitos como impraticáveis, afirmando que a única reflexão legítima e possível no campo da economia é a que descreve o passado, a história econômica, entendida como acúmulo de dados econômicos.

A questão fundamental aqui é perguntar-se sobre o que teria levado Marx, partindo da mesma recusa à teoria do valor que os economistas da escola histórica, a ter, já em 1847, na *Miséria da filosofia*, adotado a teoria do valor-trabalho.

A resposta a esta questão é, em primeiro lugar, a que Mandel dá. Marx começou, efetivamente, a entender a economia política depois de um primeiro contato superficial e incompreensivo. Contudo, a verdadeira natureza da conversão de Marx à teoria do valor faz parte de um processo mais amplo de elaboração de sua própria concepção filosófica, de seu ajuste de contas com a matriz hegeliana. A forma como Marx vai enfrentar e reelaborar a filosofia hegeliana está na base de sua aceitação e posterior transformação da teoria do valor-trabalho. Os termos definitivos da questão só serão efetivamente colocados por ocasião da redação de *O capital*.

Nesse percurso Marx registrou, mais de uma vez, a importância do pensamento hegeliano em seu projeto. Ou seja, que a elaboração da crítica da economia política não é apenas um projeto centrado em instrumentos da teoria econômica. A crítica da economia política é

também crítica da racionalidade empirista que dá suporte àquele pensamento embebido da influência de Locke e Hume.

De qualquer forma, é fundamental registrar que os temas da negação do determinismo, da desconfiância nas regularidades e abstrações absolutas encontram-se em Marx desde o início de sua trajetória. Trata-se da idéia de *superação*, da construção de seu pensamento a partir de procedimento dialógico em que cada idéia, cada categoria pertinente é considerada em sua inteireza e apropriada pelo pensamento marxiano num processo em que há continuidade e ruptura, em que as idéias são arrancadas de suas molduras e condicionamentos originais e capturadas e reapropriadas no que têm de universal, isto é, de transformadoras.

Assim, Marx, ao se afastar da rejeição romântica à teoria do valor-trabalho, não irá, em contrapartida, incorporar integral e acriticamente a teoria do valor tal como formulada por Ricardo.

A postura de Marx em relação à teoria do valor-trabalho, como também em relação ao conjunto dos objetos da economia política clássica — teoria dos preços, teoria da renda, teoria do capital, teoria da reprodução e da crise — será marcada por sua compreensão aprofundada daqueles temas em função de seus estudos de economia política a partir de 1850, mas, sobretudo, pelo papel decisivo que a dialética teve em seu pensamento.

O que impediu Marx tanto de se tornar um economista clássico típico quanto de se tornar um representante da escola histórica da economia foi, certamente, a herança hegeliana, a forma original como também *superou* seu mestre em dialética.

Marx afasta-se dos economistas clássicos na medida mesma em que estes buscam transformar em leis naturais, eternas, o que é sobretudo social, histórico e contraditório. “A elaboração de sua teoria do materialismo histórico lhe havia ao mesmo tempo permitido apreender o núcleo racional da teoria do valor-trabalho, e seu *caráter historicamente limitado*. E essa concepção da natureza historicamente limitada das leis econômicas torna-se uma parte tão integrante da teoria econômica marxista quanto a teoria do valor-trabalho” (Mandel, 1968, p. 51.)

A descoberta fundamental de Marx, sua contribuição decisiva no campo da teoria econômica, é justamente a afirmação do caráter estruturalmente desigual e contraditório da vida econômica sob o capitalismo, realidade absolutamente distante do equilíbrio, do determinismo e da igualdade.

### **3. A ambigüidade do pensamento marxista: determinismo ou luta de classes?**

Um certo marxismo, o da II Internacional, se construiu e buscou afirmar seu prestígio insistindo no caráter científico de suas teorias e propostas. Isso significou atrelar o marxismo à voga evolucionista-positivista que transformou Darwin, Comte, Spencer e Haeckel em parceiros de Marx. Foi esse o marxismo de Kautsky, de Bernstein, de Plekanov. O marxismo transformado numa sociologia-evolucionista em que todos os processos já estão predeterminados e há uma escalada irreversível e espontânea para o paraíso.

Esse marxismo, fruto de uma época ainda otimista quanto às virtualidades de uma ciência positivista, foi a mais marcante e profunda das influências sobre a conformação do *corpus* teórico do marxismo, doutrina afinal de partidos e Estados. Sua influência foi geral e prolongada, até porque prometia soluções rápidas e fáceis:

1. O mundo dividido em duas instâncias: a *infra-estrutura* (economia) e a *superestrutura* (a ideologia); a infra-estrutura determina direta e univocamente a superestrutura e esta, por sua vez, só se realiza como reflexo da infra-estrutura.

2. A dinâmica do mundo linear é irreprochável, é dada pelas relações contraditórias entre as forças produtivas e as relações sociais de produção; quando estas bloqueiam a expansão daquelas, abre-se a revolução que porá fim à contradição, criando as condições para um novo regime social.

Não é difícil mostrar a presença dessas frases ou semelhantes nos textos de Marx, muito menos de Engels. Daí que os deterministas tivessem sempre com que documentar suas teses. Contudo, nos mesmos documentos comprobatórios está a contraprova. Ao lado do determinismo vertiginoso que está no prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, é possível lembrar a radicalidade e centralidade do conceito de luta de classes em obras como *O 18 Brumário* (1852), *As lutas de classes em França de 1848 a 1850* (1850), e *Guerra civil em França* (1871).

Cornelius Castoriadis, crítico importante do marxismo, diz que há em Marx uma ambigüidade em relação à questão determinismo ou luta de classes. Na perspectiva de Castoriadis, a ambigüidade se rompe quando se constata que afinal é o determinismo que prevalece, ou, por outro lado, quando se constata que também a luta de classes está predeterminada.

Nas palavras de Castoriadis: “De fato, as classes são somente o instrumento no qual se encarna a ação das forças produtivas. Se são atores, o são exatamente no sentido em que os atores recitam um texto dado previamente e executam gestos predeterminados, e onde, representando bem ou mal, não conseguem impedir que a tragédia se encaminhe em direção a seu fim inexorável” (Castoriadis, 1986, p. 42).

A questão então seria identificar até que ponto a luta de classes é ou não central no pensamento de Marx, ou seja, qual o lugar e o sentido da dialética e o lugar da revolução no pensamento de Marx. Isso também implicaria discutir qual a teoria do sujeito compatível com a teoria marxista, assim como o lugar do indivíduo, da necessidade e da história no pensamento marxista.

São questões complexas e importantes que escapam aos objetivos deste trabalho. Contudo há um embrião de resposta que é necessário que se imponha. Essa resposta parte da constatação de que a teoria marxista não é um determinismo, que o lugar da surpresa, do indeterminado, da contradição, da desigualdade, do desequilíbrio, da revolução é central na sua estrutura, do mesmo modo que o pensamento marxista se abre também para a incorporação da subjetividade do indivíduo e da política como realidades irreduzíveis a qualquer simplificação. O preço demasiado elevado que o marxismo pagou ao stalinismo precisa ser definitivamente superado, e suas lições apreendidas.

Um princípio dessa superação talvez esteja na afirmação do caráter central da dialética no pensamento marxista. Uma dialética que leve a sério a presença do indeterminismo, da indefinição, de resíduos não-rationais na subjetividade humana, que deixe espaço para a criação e para a liberdade, para a política e para a surpresa, que leve a sério a idéia central da luta de classes.

Do ponto de vista da economia política e da crítica da economia política, empreendida por Marx, isso significa estabelecer o lugar central que a idéia de desigualdade e de

indeterminismo tem na obra de Marx. É esse o propósito da próxima discussão, onde se vão palmilhar os conceitos de valor e valorização, capital, salários, reprodução e crise.

#### 4. A descoberta da desigualdade: a crítica da economia política

Uma parte considerável do debate contemporâneo sobre economia política concentrou-se em responder aos desafios decorrentes da busca de sua teoria rigorosa dos preços de produção a partir da reinvenção ricardiana de Sraffa. O debate, que envolveu os chamados neo-ricardianos, marxistas e mesmo neoclássicos, centrou-se, no caso do marxismo, em demonstrar as falhas lógicas do esquema marxiano de transformação dos valores em preços e o caráter arbitrário e igualmente problemático, quando não inútil, de soluções como a de Bortkiewicz.

Não se vai fazer aqui uma exegese desse debate, senão afirmar que há uma questão preliminar que, se não entendida, compromete todos os esforços mobilizados no debate, inclusive aqueles que pretendem, do ponto de vista marxista ou ricardiano, ter resolvido a questão com a vitória do modelo sraffiano.

A questão fundamental aqui é entender o lugar da teoria do valor na obra marxiana *vis-à-vis* o papel que a teoria do valor desempenha nas teorias econômicas alternativas. E isso deve começar por levar a sério três questões:

a) que a proposição de Marx é heurísticamente *uma crítica da economia política* e que a palavra *crítica* não deve ser entendida aqui em seu sentido trivial de comentário, alusão, paráfrase, mas sim carregada de seu conteúdo semântico que a faz derivação da palavra *crisis* (ruptura) e sobretudo como exame radical da realidade na sua globalidade;

b) que no caso da crítica da economia política empreendida por Marx, o seu centro, o objeto mesmo é o conceito de *capital*;

c) finalmente, que a presença da dialética no discurso marxiano não é apenas um recurso estilístico. A dialética é um princípio tanto lógico quanto ontológico no sentido profundo que essa proposição tem em Hegel, no sentido em que *a ciência da lógica* é, ao mesmo tempo, um tratado tanto sobre a lógica quanto sobre o ser, na medida mesma em que a única maneira, a maneira racional, não-arbitrária e universalizante de conhecer o ser que é *dialético*, fundado na contradição e no movimento, é assumir ela própria a lógica, o método, a dialética, sendo ela própria dialética. (Hartmann, 1983, p. 446-85.)

No que aqui interessa aos propósitos, isso significa explicitar as diferenças essenciais entre as formas como Marx compreende e se apropria da teoria do valor da economia política clássica. *Grosso modo*, poder-se-ia caracterizar as posturas da economia política com relação à teoria do valor em duas grandes matrizes:

a) a matriz hegemônica no pensamento econômico acadêmico contemporâneo, que vê a teoria do valor apenas como que fundamento de uma teoria dos preços, isto é, como uma teoria sobre a equivalência, a igualdade e o equilíbrio nas trocas;

b) a matriz ricardiana que, mais ampla, vê a teoria do valor como fundamento de uma teoria da distribuição, este o verdadeiro grande tema a ser considerado pela economia política. A

perspectiva de Marx sobre a teoria do valor buscará incorporar as duas dimensões-propósitos anteriores. De um lado, é uma tentativa de construir uma teoria dos preços, portanto uma teoria balizada pela perspectiva do equilíbrio, da igualdade formal entre os indivíduos no mercado. De outro, é uma teoria da distribuição. Contudo, esses dois propósitos da teoria marxiana do valor estão iluminados por uma radical diferença com relação à matriz ricardiana. Essa diferença é que a teoria marxiana do valor é, fundamentalmente, uma teoria da valorização, isto é, uma teoria sobre a acumulação, sobre o *capital*. E o *capital*, em Marx, é sobretudo a imposição da desigualdade, do desequilíbrio permanente e sistemático como seus atributos fundamentais. Essa é uma característica específica da teoria marxiana, o que a distingue de todas as outras; é esta diferença específica que confere à teoria marxiana um lugar singular na história da economia política. Marx é, sobretudo, o pensador da desigualdade; por ser teórico do capital, sua teoria do valor, sua teoria da distribuição, da reprodução, das crises, dos preços estarão, em última instância, condicionadas pela moldura da desigualdade e do indeterminismo.

### *Lei do valor como lei de valorização*

Em primeiro lugar registre-se que Marx procurou construir uma teoria dos preços. Registre-se também que a solução por ele formulada para a chamada transformação dos valores em preços apresenta uma contradição que, apontada por Böhm-Bawerk no final do século passado, passou a se constituir no tema predileto dos críticos do pensamento econômico marxiano. A contradição apontada por Böhm-Bawerk dizia respeito à incompatibilidade entre a teoria do valor, tal como formulada no livro I de *O capital*, e a teoria dos preços exposta no livro III. As várias respostas a essa crítica, desde Hilferding, têm em comum a aceitação dos termos do questionamento de Böhm-Bawerk. Isso implica desconsiderar as especificidades da teoria marxiana, implica colocá-la como mais uma teoria econômica clássica às voltas com as mesmas questões e pressupostos clássicos etc. Ora, se é verdade que Marx conserva grande parte da problemática clássica e mesmo certas idéias derivadas daquela escola, é essencial que se resgatem as diferenças fundamentais entre os dois universos teóricos. Marx não é mais um economista clássico, um ricardiano menor, como disse Samuelson. Marx partilha, com certeza, questões e idéias com os clássicos, deve muito às contribuições de Smith e Ricardo; contudo, seu projeto não é o da continuidade do pensamento clássico, seu projeto é o da crítica da economia política, e o centro dessa crítica é, justamente, a substituição do paradigma do equilíbrio, da equivalência, da representação e da igualdade nas relações econômicas pelas categorias derivadas das noções de contradição, de desigualdade, de capital.

Se a lei do valor é, certamente, princípio da formação dos preços, da equivalência nas trocas, do equilíbrio da distribuição do trabalho entre os vários ramos, se está portanto presa ao universo da igualdade formal entre os possuidores de mercadorias no mercado, a lei do valor é também outra coisa, é lei de valorização, é princípio do processo da acumulação e da distribuição, é expressão da desigualdade essencial entre o capital e o trabalho.

Se no primeiro sentido a lei do valor é fundamento de uma teoria dos preços, e portanto meio da expressão da igualdade das trocas, no segundo sentido ela é o fundamento da desigualdade, manifestação do capital, do valor que se autovaloriza pela apropriação de trabalho.

Os termos da questão marxiana obedecem a uma rigorosa exigência dialética. A exploração sobre a gênese do lucro, sobre a desigualdade das relações entre o capital e o trabalho



implicará explicitar um dos momentos centrais da lógica dialética em *O capital*. A exigência expositiva que Marx faz é buscar explicar a gênese da mais-valia como realidade que ao mesmo tempo respeita e transgreda a lei da equivalência das trocas, que ao mesmo tempo se dá fora e dentro do processo de circulação. É essa dupla intervenção dialética o fundamento essencial da teoria marxiana e sua diferença específica em relação a toda a economia política.

O projeto marxiano é a manifestação de uma radical recusa do ponto de vista histórico, naturalizante e prisioneiro do paradigma do equilíbrio da economia política. O específico da construção marxiana é buscar ultrapassar a unilateralidade e a parcialidade do princípio da igualdade e da equivalência, revelando os conteúdos ocultos de desigualdade submersos no mundo das mercadorias, “o paraíso dos direitos inatos do homem, só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham” (Marx, 1968, livro I, p. 196).

Liberdade, igualdade, propriedade, contrato e equivalência, estes os elementos da teoria do valor tomada como teoria dos preços. Contudo, a teoria do valor é mais que isto; é também uma teoria do *capital*, e como teoria do capital, a teoria do valor é “permanente tendência à assimetria social, é reiteração da desigualdade em sua forma moderna” (Coutinho, 1992, p. 27).

O equívoco básico dos críticos da teoria marxiana do valor é que a entendem como restrita ao capítulo I do livro I e ao capítulo IX do livro III de *O capital*. Essa interpretação reduz o projeto marxiano ao que ele explicitamente estava negando. O fato de que a teoria dos preços de produção esteja colocada apenas no livro III, a um milhar de páginas de distância da primeira exposição sobre o valor (livro I, cap. I), não é arbitrário em seu significado. Marx impôs à sua exposição um rigor que não pode ser desconhecido, sob pena de determinar uma incompreensão radical de seus propósitos. A teoria dos preços, a teoria do valor como teoria da troca entre equivalentes, a pressuposição da igualdade entre os contratantes é apenas um dos momentos da teoria do valor, o momento da posição da igualdade. Contudo, se a igualdade é *real* no nível do contrato formal de trabalho e da consciência imediata dos contratantes, ela é, ao mesmo tempo, negada pelo próprio fato de que é sobretudo como exploração do trabalho, como trabalho não-pago que se põe o capital, valor que se autovaloriza, relação social, poder de comando sobre o trabalho.

O conceito fundamental da teoria marxiana não é o conceito de valor. Marx o disse nas *Glosas marginais sobre o tratado de Adolfo Wagner*. O conceito fundamental da teoria marxiana é o conceito de *mercadoria*. Isto é, é no plano ontológico, da materialidade das relações sociais, que se deve buscar o essencial da teoria marxiana. Esse núcleo essencial da teoria marxiana liga uma tríade de categorias: mercadoria-trabalho-capital. O capital (a acumulação de capital) é uma relação social fundada na desigualdade; o capital é uma potência expansiva baseada na exploração do trabalho, na troca desigual entre capital e trabalho. Nesse caminho não há lugar para a equivalência, para o equilíbrio, para o determinismo. As potências do capital são explosivas, sua dinâmica só se defronta com os limites nascidos de seu próprio movimento. Nas palavras de Marx, o limite do capital é o próprio capital.

A valorização do capital é o núcleo da teoria marxiana. Nessa teoria o capital é relação de dominação, é relação de desigualdade. E isso vale tanto para a troca entre capital e trabalho quanto para a troca entre capitalistas. Também aí prevalecerá a desigualdade. As diversas composições orgânicas dos capitais, as condições concretas de mercado, a presença dos monopólios e oligopólios, dos sindicatos e do Estado determinarão transferências e apropriações desiguais do excedente social. A mais-valia produzida socialmente se distribuirá desigualmente entre os capitalistas. *É esta, efetivamente, a razão por que preços e valores não são idênticos, porque o universo dos preços não reflete, direta e equivalencialmente, o*

*universo dos valores. É este o verdadeiro problema da transformação, cuja solução envolve não um algoritmo de transformação, mas a aceitação do caráter não-determinístico e desigual da dinâmica capitalista.* Trata-se de levar rigorosamente a sério a necessidade de construir uma teoria da concorrência, que incorpore às determinações econômicas baseadas no paradigma do equilíbrio os elementos políticos e institucionais, as formas concretas da organização do trabalho e da concorrência oligopolística, a intervenção estatal e as estratégias sindicais. Uma teoria, enfim, que efetivamente transite do plano analítico do capital em geral, o que Marx chegou a elaborar, para o plano dos vários capitais. Diz Rosdolsky: “Em um dos últimos capítulos do livro III pode ler-se a este respeito”. Expondo como as relações de produção se reificam e se tornam autônomas frente aos agentes da produção, não examinamos a maneira pela qual relações como *o mercado mundial, suas conjunturas, o movimento dos preços correntes, os prazos dos créditos, os ciclos da indústria e do comércio, a alternância de prosperidade e crise* aparecem ante eles como outras tantas formas naturais, aplastrantes e terríveis, que os dor.ainam e lhes parecem representar uma necessidade cega.

“Tais são os problemas que Marx reservou para uma continuação eventual e que somente tratou em *O capital* de maneira fragmentária ou em conexão com outros temas. A nosso juízo, os problemas mais importantes são os do mercado mundial, as crises econômicas e ‘movimento real dos preços’ (que Marx declarou expressamente que queria tratar em uma investigação particular sobre a concorrência)” (Rosdolsky, 1972, p. 234).

As vicissitudes da vida de Marx fizeram com que seu explícito projeto incluso, uma parte importante de sua teoria, não se realizasse, sobretudo a teoria dos vários capitais, a teoria da concorrência, a teoria dos movimentos reais dos preços. Essa lacuna e as dificuldades em levar a termo o projeto marxiano, sobretudo a incompreensão sobre os pressupostos teóricos e metodológicos de sua proposta, levaram adversários e epígonos a se equivocarem tanto no ataque quanto na defesa do que freqüentemente não entenderam.

### **A teoria dos salários**

Um momento particularmente saliente na obra de Marx, sobre o seu caráter aberto, permeável às mediações não estritamente econômicas e nesse sentido avesso a quaisquer determinismos, é o referente à sua teoria dos salários.

Ao contrário de um Malthus, Ricardo, Lassalle, a teoria marxiana dos salários é exemplarmente aberta, não há qualquer tendência inevitável à queda dos salários, não há, pelo menos no centro de seu argumento de *O capital*, qualquer teoria da pauperização absoluta dos trabalhadores. Ao contrário, está explícita a possibilidade da elevação dos salários reais. Marx admite flutuações dos salários entre dois limites. Um inferior, dado pelo mínimo de subsistência vital, e outro superior, além do qual os capitalistas não estarão dispostos a produzir. (Rosdolsky, 1978, p. 322.)

Diz Marx, citando John Wade, que “o limite para empregar a trabalhadores industriais e agrícolas é o mesmo: a possibilidade de o empregador retirar um lucro do produto do trabalho deles. Se a taxa do salário é tão alta que o lucro do patrão cai abaixo da média, cessa ele de empregá-los ou só os emprega se concordarem com uma redução de salário” (Marx, 1968, livro I, p. 719).

Mas a teoria dos salários admite a presença de outras mediações que não as permanentes econômicas, e mesmo no campo econômico Marx tem absoluta consciência do papel não desprezível e mesmo sistemático que o pagamento dos salários abaixo de seu valor tem na

acumulação de capital. Diz Marx: “Ao tratar da produção da mais-valia, temos pressuposto sempre que o salário tem um valor pelo menos igual ao da força do trabalho. A redução compulsória do salário abaixo desse valor, entretanto, desempenha na prática papel demasiadamente importante para não nos determos por um momento em sua análise. Dentro de certos limites, essa redução transforma efetivamente o fundo do consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital” (Marx, 1968, livro I, p. 696-97).

Os salários, nessa perspectiva, flutuam entre um limite inferior, dado pelo mínimo de subsistência, e um limite superior, que é aquele que, se transposto, implicará interrupção do processo de acumulação. A maior aproximação a cada um destes limites e o tempo de permanência nestas condições são resultado tanto de determinações econômicas quanto, sobretudo, de determinações políticas. Kalecki, em seu artigo Aspectos Políticos do Pleno Emprego, mostrou que mesmo numa situação de pleno emprego poderá não haver aumentos elevados de salários pela imposição de condicionamentos políticos, como o foram as restrições ao movimento sindical impostas pelo nazismo.

É essa evidência a presença determinante das instâncias políticas, institucionais e culturais sobre o mundo da produção e do trabalho, o fundamento teórico da chamada *Teoria da regulação*, que a partir de Marx buscará construir um novo paradigma analítico centrado nos seguintes conceitos básicos: regulação, relação mercantil, relação salarial, forma de produção, norma de consumo e regime de acumulação.

No que interessa aqui, é fundamental ressaltar que o conceito de *relação salarial*, seja como contrato salarial, seja como organização e controle do processo do trabalho, é explicitamente um conceito marcado pela presença do político, do institucional, do cultural; tanto a fixação dos salários quanto as formas concretas de extração de sobretrabalho são resultantes do processo da luta de classes. As estratégias capitalistas de fixação de salários e controle operário opor-se-ão às estratégias dos trabalhadores, suas formas de luta e organização, suas formas de resistência e combate, o que implicará situações absolutamente indeterminadas e permanentes tensão e disputa. Nas palavras de Possas, “é importante observar o caráter não teleológico, segundo Lipietz, da noção de ‘modo de regulação’, que não é ditado para tal pelo modo de produção, e sua capacidade reprodutiva não é a razão de ser de sua existência. Para o autor, é importante também rejeitar o determinismo, incapaz de explicar tanto a variedade como a variabilidade das configurações das relações sociais e das formas de regulação. A racionalização *ex post* das formas existentes como regularidades predeterminadas constituiria uma ‘ilusão retrospectiva’” (Possas, 1988, p. 198).

### ***A reprodução equilibrada como impossibilidade***

O conceito de reprodução tem variadas dimensões na obra de Marx. Genericamente, reprodução é processo de reinstauração permanente das condições de existência de qualquer sistema econômico. No sistema capitalista, a reprodução significa tanto produção de mercadorias, de capital, como, sobretudo, reprodução das relações capitalistas de produção. “A produção capitalista, encarada em seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista, e do outro, o assalariado.” (Marx, 1968, livro I, p. 673.)

A reprodução então implicaria tanto considerar a dimensão puramente econômica do processo produtivo, quanto as suas dimensões mais propriamente histórico-sociais. A reprodução tem que satisfazer tanto a exigências de ordem material, diretamente derivadas da

dimensão valor de uso da mercadoria, quanto realizar-se como reprodução de relações sociais e como reprodução demográfica. As populações humanas, em seu caminho reprodutivo, devem fazê-lo segundo certas relações e proporções que se impõem a elas como dados absolutos. É esta centralidade das exigências da reprodução material que está na base da chamada concepção materialista da história que caracteriza o pensamento de Marx.

Contudo, o conceito de reprodução ocupa outros espaços na estrutura expositiva de Marx. Sua reaparição no livro II de *O capital* amplia seu papel inicial, que no livro I é simplesmente explicitar a necessidade da acumulação como dado essencial do processo capitalista de produção. No livro II, o conceito da reprodução se abre para um outro propósito.

A análise desenvolvida no livro I se faz em um nível de abstração tal que o capital é considerado homogêneo, média ideal, onde não há defasagens nem temporais nem espaciais entre produção e realização, senão que essas possibilidades de defasagens estão pressupostas, mas não estão postas.

No livro II, ainda considerando o capital em geral, isto é, estabilidade das composições orgânicas do capital, Marx adicionará um elemento concretizador do quadro da reprodução ao admitir as virtualidades decorrentes das defasagens entre produção e realização, ao introduzir o espaço e o tempo na análise.

As virtuais defasagens entre produção e realização presentes tanto no *ciclo do capital produtivo (...P...M' - D' M ...P' ...)* quanto no *ciclo do capital mercadoria (-M' - D' - M ...P' ... M'')*, são as fontes que tornam possível a aproximação da teoria marxista com as teorias da demanda efetiva, como exposta no artigo de João Heraldo Lima e Maurício Borges Lemos, *Uma Nova Contribuição para o Debate sobre a Demanda Efetiva* (Lima & Lemos, 1984).

O tratamento que Marx dá aos chamados esquemas de reprodução, no livro II, é um dos momentos onde se evidencia, em particular, a relação importante de Marx com a economia política, no caso sua dívida para com o *Tableau* de Quesnay, e também sua contribuição para a teoria econômica contemporânea através de Kantorovitch, Leontief e Kalecki.

No entanto, os esquemas de reprodução não são de interpretação consensual. Muitos e importantes autores quiseram ver neles o que eles não eram, não queriam e não podiam significar. Rosa Luxemburg e Henrik Grossmann viram os esquemas de reprodução como algoritmos da teoria marxiana da crise. Joan Robinson viu nos esquemas a tentativa marxiana de construir uma teoria do equilíbrio geral. (Rosdolsky, 1978, cap. 30.)

Em sua simples exigência de que a reprodução equilibrada simples do capital só seria realizada quando as trocas entre os departamentos se dessem, só e tão-somente, segundo a equação  $C_{II} = V_I + m_I$ , Marx está, fundamentalmente, expressando que as condições *equilíbrio* na reprodução são tão estritas que são incompatíveis com a dinâmica capitalista. Não se trata de negar a possibilidade da reprodução, que ocorre, só que *sempre de forma desequilibrada*, isto é, produzindo em seu movimento abundância e escassez, desperdício e desabastecimento.

Radicalmente oposta à tese do equilíbrio geral, a teoria marxiana da reprodução é, na verdade, uma teoria sobre a impossibilidade do equilíbrio sob o regime capitalista de produção. Mais que isto, é preciso observar que Marx demonstra esse fato sem recorrer à efetividade da concorrência capitalista, às mudanças das composições orgânicas dos capitais. Marx supõe a constância das composições orgânicas, portanto a estabilidade da estrutura do capital, e ainda assim resulta impossível a reprodução equilibrada, senão numa única situação que não só será alcançada mediante planificação, isto é, negando o princípio mesmo da dinâmica do capitalismo. Daí que o capitalismo esteja condenado a buscar expandir-se, marcado pela instabilidade, pelo desequilíbrio, pela incerteza.

## A crise como resultado e como singularidade

A crise no sistema capitalista é tanto doença quanto remédio. Sua manifestação é resultado da ação de mecanismos internos ao próprio processo de acumulação, que levam a periódicas rupturas sociais do processo de valorização em que parte do capital é queimado, desvalorizado, em que há reconcentração da renda e do capital, e que possibilita a recuperação, a retomada da expansão.

Tomada assim, a crise parece processo natural e mecânico na sua irreversibilidade. Contudo, são bem diferentes a etiologia e a fisionomia da crise, sobretudo porque os fatores estruturais presentes em toda crise, as contradições econômicas básicas estão imersas em um conjunto de mediações políticas, sociais, culturais, demográficas e naturais que determinam que cada crise seja um processo singular, em que pese a suas determinações estruturais básicas.

Cada crise será marcada pela interação complexa de elementos que não estão dados *a priori* ou, por outro lado, não têm determinação mecânica. A luta de classes, as formas dinâmicas como os trabalhadores e capitalistas disputam a hegemonia política e cultural da sociabilidade, as relações entre o Estado e a sociedade, as formas concretas da organização das classes, os estoques e usos dos recursos naturais, as inovações tecnológicas, as formas de sociedade e interação cultural, todos esses elementos são sobretudo singulares, específicos de cada região, de cada período histórico, e todos são, decisivamente, determinantes da forma como se vai manifestar a crise. Cada crise é uma crise particular, tem aspectos singulares que se sobrepõem ao universal de suas determinações econômicas.

Daí que os fatores contrários à queda da taxa de lucro — que Marx alinhou para explicar a não-linearidade da tendência à queda da taxa de lucro — devem ser entendidos e qualificados metodologicamente como a presença de *alteridade*, como manifestação permanente e constituinte do próprio fenômeno da crise. Os fatores contrários à queda da taxa de lucro não são elementos externos à determinação da taxa de lucro. A taxa de lucro como fenômeno empírico, como realidade política, é resultado social, é processo determinado tanto pelos elementos decorrentes da dinâmica econômica interna a cada capital, da interação dessas dinâmicas intercapitalistas e pela inserção desses elementos num quadro de mediações permanentes em que o universal seria permanentemente constrangido, condicionado pelo que é sobretudo indeterminado, pela surpresa, pela dinâmica imprevisível das forças em luta, a luta das classes.

Daí que seja possível lembrar Tolstói, em seu romance *Ana Karenina*, quando diz que todos os gêneros de felicidade se parecem, mas que cada infortúnio tem um aspecto particular. Cada crise será marcada pelo que de singular cada situação histórica apresenta. Não há lugar para automatismos e inevitabilidades no pensamento de Marx, na medida mesma em que no centro de sua perspectiva está a luta de classes, a disputa entre contendores, cuja vitória ou derrota, de quem quer que seja, não está dada *a priori*.

Os homens fazem a história, diz Marx, no trecho famoso de *O 18 Brumário*, mas não a fazem segundo condições que escolhem, conclui. Os homens são possuidores de *virtù*, para usar a palavra clássica de Maquiavel, mas, a *virtù* não é a única realidade do mundo; há a *fortuna*, há o que é o acaso, o destino cego, o fatalismo, a necessidade natural, há o que é imponderável ao desejo humano, o que se lhe impõe. Maquiavel vê equilibradas as forças da *virtù* e da fortuna; homem de ação, vê possível o controle da *fortuna* pela *virtù*, sendo para tanto necessários a audácia e o sentido da oportunidade (*occasione*). (Maquiavel, 1972, cap. XXV.)

Marx, como Maquiavel, é um homem de ação, aposta no triunfo da *virtù*, da *praxis*. Contudo, isso é rigorosamente *aposta*, no sentido que lhe dá Lucien Goldmann, apropriando-se da lição de Pascal. A revolução, a transformação social é uma adesão a um projeto nem de longe predeterminado. É resultado da ação, da política, da oportunidade, de um conjunto de elementos, tanto positivos quanto subjetivos. *O risco, o perigo do fracasso e a esperança do êxito* são os elementos constituintes da ação humana, que na perspectiva de Pascal são os elementos constitutivos da natureza humana que a impulsiona para a *aposta*, para a *praxis*. “A idéia de aposta não somente se acha no centro do pensamento jansenista (aposta sobre a salvação individual), do pensamento de Pascal (aposta sobre a existência de Deus) e de Kant (postulado prático da existência de Deus e da imortalidade da alma), senão também no centro mesmo do pensamento materialista e dialético (aposta sobre o triunfo do socialismo na alternativa que se oferece à humanidade na eleição entre socialismo ou barbárie)...” (Goldmann, 1985, p. 396-97.)

Aposta e imponderável, aposta e risco, aposta e possibilidade de fracasso, aposta e esperança de êxito, estes os elementos da *praxis* marxista onde toda a certeza e todos os determinismos foram substituídos pela radicalidade da aposta na possibilidade da construção do mundo como igualdade, liberdade.

## Referências bibliográficas

- Altwater, Ehnar. *As modalidades ecológicas econômicas de tempo e espaço*. 1992. p. 7. mimeog.
- Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Coutinho, Mauricio. *Marx e a economia política clássica: trabalho e propriedade*. Campinas, Unicamp, 1992. mimeog.
- Ferrater Mora, José. *Diccionario de filosofia*. 3 ed. Barcelona, Alianza, 1981. t. 1.
- Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- Goldmann, Lucien. *El hombre y lo absoluto*. 2 ed. Barcelona, Península, 1985.
- Hartmann, Nicolai. *A filosofia do idealismo alemão*. 2 ed. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1983.
- Harvey, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- Koyré, Alexandre. *Galileu e Platão*. Lisboa, Gradiva, s.d.
- . *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- Lalande, André. *Vocabulario técnico y crítico de la filosofía*. Buenos Aires, El Ateneo, 1953.
- Lima, João Heraldo & Lemos, Mauricio Borges. Uma nova contribuição para o debate sobre a demanda efetiva. *Revista de Economia Política*, 4 (2), abr./jun. 1984.
- Mandel, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- Maquiavel, Nicolau. *O príncipe*. Portugal, Europa-América, 1972.
- Marx, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. livro I.
- Possas, Mário Luiz. O projeto teórico da Escola da Regulação. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo (21), jul. 1988.
- Prigogine, Ilya. *O movimento do tempo*. Lisboa, Edição 70, 1990.
- Rosdolsky, Roman. *Genesis y estructura de El Capital de Marx*. México, Siglo XX, 1978.
- Wölfflin, H. *Conceptos fundamentales en la historia de arte*. 7 ed. Madrid, Espasa-Calpe, 1979.